

economia

Sinduscon critica uso do FGTS para quitar dívidas

Presidente da entidade defende uso exclusivo do fundo para habitação

/ CONJUNTURA

Cláudio Isaías
isaiasc@jcrs.com.br

Previsto para ser anunciado em 1º de maio, o programa Desenrola 2.0, do governo federal, deve liberar o uso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para mitigar o endividamento da população. A medida vem sendo contestada pelo setor da construção civil, que teme que a iniciativa tire crédito destinado à habitação.

“O setor da construção civil é completamente contra a medida do governo federal que pretende permitir o uso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para a renegociação de dívidas da população”. A afirmação é do presidente do Sindicato das Indústrias da Construção Civil no Rio Grande do Sul (Sinduscon/RS), Claudio Teitelbaum, ao destacar que o recurso deve ser utilizado exclusivamen-

te para projetos de financiamento habitacional.

“Os problemas não foram criados pelo trabalhador e nem pela construção civil”, ressalta o dirigente sobre o novo programa. Segundo Teitelbaum, a questão do endividamento das famílias deve ser resolvida com mais responsabilidade fiscal e com maior controle de gastos públicos. “São práticas que vão encarecer ainda mais a vida do industrial.

De acordo com o presidente do Sinduscon/RS, o trabalhador muitas vezes acaba pegando um empréstimo que teoricamente nem precisaria, mas que pega pela oportunidade, e pagando muitas vezes juros exorbitantes. “O governo federal deveria preservar o FGTS que é uma poupança do trabalhador com o objetivo de ser utilizado exclusivamente para a casa própria”, comenta.

Em visita ao Jornal do Comércio, Teitelbaum e o futuro presidente do Sinduscon/RS, Rafael Goellner Garcia, foram recebidos

pelo diretor-presidente do JC, Giovanni Jarros Tumelero. Teitelbaum fez um balanço da gestão de quatro anos na presidência do Sindicato da Construção Civil (2022/2026). O dirigente destacou que o mandato foi marcado pelo fortalecimento institucional e ampliação da representatividade do sindicato.

Ele apontou ainda a criação da campanha “SOS Chuvas - Enchentes RS”, que mobilizou o sindicato, empresas associadas e entidades nacionais em um projeto de soluções habitacionais rápidas. Segundo o dirigente, a iniciativa resultou na doação de 31 moradias à prefeitura de Porto Alegre, no bairro Glória. Também foram construídas unidades habitacionais destinadas a famílias atingidas pelas enchentes e deslizamentos no Vale do Taquari.

A posse de Rafael Goellner Garcia como novo presidente do Sinduscon/RS será realizada em 4 de maio, na Associação Leopoldina Juvenil.



Garcia e Teitelbaum divulgaram a posse da nova diretoria em visita ao JC

Diretoria – Gestão 2026/2028

Presidente: Rafael Goellner Garcia

Vice-presidentes: Aldo Pinheiro, Antonio Mary Ulrich, Daniel Goldsztein, Giulia Tolotti, Gustavo Navarro, Juliano Melnick, Kleber Sobrinho, Leonardo Salvaterra Treiguer, Luciano Bocorny Correa, Marcelo Guedes, Narciso A. dos S. Silva, Pedro Henrique Eick Bronstrup, Rafael Antonio Petry Lonzetti, Ramiro Chaves Laurent, Ricardo Michelon, Roberto Sukster, Rodrigo da Rocha Pavei, Romeu Oliveira Tomasetto, Sandra Axelrud Saffer e Sergio Gilberto Bottini Junior.

Conselho Fiscal: Hugo Scipião Ferreira Junior, José Carlos Cervieri e Moacir Kwitko.

Suplentes do Conselho Fiscal: Antonio Mary Ulrich, Paulo

Vanzetto Garcia e Ricardo Antunes Sessegolo.

Conselho Consultivo: Fedele Scorza, Luis Roberto Andrade Ponte, Sérgio Sant’anna Pegoraro, Zalmir Chwartzmann, Paulo César Brasil Amaral, Pedro Alberto Tedesco Silber, Carlos Alberto Aita, Paulo Vanzetto Garcia, Ricardo Antunes Sessegolo, Aquiles Dal Molin Junior, Claudio Teitelbaum, Alfredo Pessi, Enio Prikladnitski, José Carlos Cervieri, Moacir Kwitko e Renato Goldstein.

Delegados junto à federação: Rafael Goellner Garcia e Claudio Teitelbaum

Suplentes delegados federação: Ricardo Michelon e Leonardo Salvaterra Treiguer

Pacote deve dar quatro anos para quitar dívida refinanciada

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deverá dar um prazo de até quatro anos para as pessoas pagarem as dívidas renegociadas. O novo pacote de crédito será anunciado até o fim do mês. O desenho técnico foi fechado na segunda-feira pelo ministro Dario Durigan (Fazenda) em reunião com CEOs de bancos públicos e privados e entidades do setor bancário.

O modelo final e as condições financeiras do programa, que tem sido chamado até o momento de Desenrola 2, ainda passarão pelo crivo político e aprovação do presidente Lula antes do anúncio. O programa vai abarcar três tipos de linhas de crédito em atraso: cartão de crédito, cheque especial e crédito pessoal não consignado, mais conhecido como CDC.

Essas três linhas não têm garantia, como acontece com o crédito consignado, no qual as parcelas são descontadas diretamente da folha de pagamento ou da aposentadoria e pensão do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Os banqueiros e a equipe econômica acertaram o teto para

a taxa de juros de 1,99% ao mês. Hoje, as taxas de juros de cartão de crédito giram entre 12% e 15% ao mês; do cheque especial entre 6% e 8% ao mês; e do CDC entre 5% e 7%. Desde 2024, a dívida de quem atrasa o pagamento da fatura do cartão de crédito não pode mais superar o dobro do montante original, incluindo juros e encargos.

O desconto da dívida deve variar entre 40% e 90%, segundo pessoas que participaram das negociações ouvidas pela reportagem na condição de anonimato. As dívidas elegíveis ao programa terão que ter atraso superior a 91 dias até dois ou três anos. Essa faixa demanda maior volume de provisões que os bancos têm que fazer nos seus balanços. Os bancos preferem o prazo de três anos, mas concordam com o de dois anos. Esse é um dos pontos que serão fechados pelo presidente Lula.

As dívidas com mais atraso pesam mais para os bancos em custo em relação ao custo do capital e à necessidade de provisão das perdas no balanço. São dívidas que podem ter descontos maiores e menores taxas de juros.

Cada instituição financeira poderá empacotar (unificar o saldo) os três tipos de dívida de cada cliente (CPF). Sobre esse valor global da dívida, o banco dará o desconto. Serão renegociadas dívidas de pessoas físicas que ganham até cinco salários-mínimos (R\$ 8.105).

A dívida velha será quitada e surgirá uma dívida nova, que já vai nascer mais barata, com juros menores. A pessoa endividada terá que buscar a negociação em cada banco em que tiver contraído a dívida. A taxa não poderá ultrapassar 1,99%. As dívidas renegociadas terão garantia do FGO (Fundo de Garantias de Operações) em caso de calote dos devedores. O fundo deverá ter um aporte orçamentário entre R\$ 5 bilhões e R\$ 10 bilhões para fazer frente ao programa. Durigan não detalhou na reunião o valor do aporte. O tamanho do aporte é importante para definir o fôlego do alcance da renegociação do programa, que terá, em princípio, prazo de três meses de duração. Quanto maior a garantia que o banco tem do FGO para renegociar as dívidas, menor é o risco da provisão a ser feita.

Emirados Árabes Unidos anunciam que vão deixar Opep em maio

Emirados Árabes Unidos vão abandonar Opep. O governo do país anunciou que deixará de fazer parte da Organização dos Países Exportadores de Petróleo e também a aliança Opep+, da qual a Rússia também faz parte, a partir de 1º de maio, segundo a agência de notícias oficial do país.

“Esta decisão reflete a visão estratégica e econômica de longo prazo dos Emirados Árabes Unidos e a evolução do seu perfil energético, em particular a aceleração dos investimentos na produção de energia nacional”, informou a agência Wam.

País tem quinta maior reserva do mundo. Segundo dados de 2025 da Opep, os Emirados têm uma reserva estimada de 113 bilhões de barris, sendo o nono maior produtor do mercado mundial, com mais de 3,5 milhões de barris diários, e um dos seis maiores exportadores.

Organização responde por cerca de 40% da produção mundial de petróleo. A Opep reúne grandes produtores ao redor do mundo. A entidade foi criada em 1960, no Ira-

que, para estabelecer uma política comum em relação à produção e à venda de petróleo. Além dos Emirados, na entidade desde 1967, fazem parte da organização Irã, Iraque, Kuwait, Arábia Saudita, Venezuela, Líbia, Argélia, Nigéria, Gabão, Guiné Equatorial e Congo.

Opep+ é grupo ampliado. Nessa entidade, entram países sem direito a voto. Estão nesse formação Rússia, México, Cazaquistão, Bahrrein, Brunei, Malásia, Azerbaijão, Sudão e Sudão do Sul.

Decisões da Opep afetam os preços globais do barril. O grupo realiza reuniões periódicas para avaliar a oferta e a demanda no mercado e pode adotar cortes voluntários na produção para influenciar os valores da commodity.

No começo de abril, Opep decidiu elevar a produção de petróleo para enfrentar gargalo do fornecimento provocado pela guerra no Oriente Médio. A entidade decidiu, na 65ª reunião da entidade, aumentar o fornecimento de petróleo em 206 mil barris por dia para maio.